

CORREIO JURÍDICO

Andre Souza/Correio da Manhã



Metroviários criticava a falta de concursos públicos

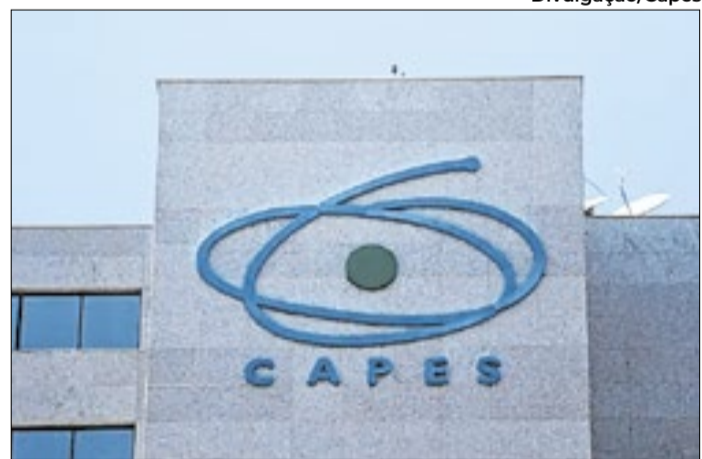
Categoria aceita proposta e greve no Metrô SP é cancelada

O Sindicato dos Metroviários de São Paulo aceitou, em votação, a proposta do Tribunal Regional do Trabalho, e a greve no metrô da cidade foi cancelada. Mesmo com a decisão, a categoria afirma que continuará se mobilizando em defesa de seus direitos. O sindicato pretendia paralisar as atividades das Linhas 1-Azul, 2-Verde, 3-Vermelha, 15-Prata (monotrilho) e 17-Ouro (monotrilho) do metrô para reivindicar mudanças e melhorias nos planos de saúde e nas condições de trabalho. A categoria criticava a falta de concursos públicos e a redução do número de trabalhadores na companhia, além de demonstrar insatisfação com o plano de saúde que é ofertado. Os metrôs operam normalmente em São Paulo.

Linhas privatizadas podem paralisar

Trabalhadores das linhas 4-Amarela e 5-Lilás da Motiva criticam as mudanças realizadas no plano de saúde da categoria no fim do ano passado. Segundo os metroviários, a alteração reduziu a rede de atendimento, retirando hospitais e clínicas utilizados, o que aumenta os deslocamentos para tratamentos médicos. Durante a campanha salarial, a categoria reivindicou reajuste salarial, melhorias nos benefícios e mais segurança no trabalho.

Divulgação/Capes



Iniciativa busca manter mulheres na carreira acadêmica

300 bolsas de pós-doutorado para mães

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) lançou o Programa Aurora, que vai conceder até 300 bolsas de pós-doutorado para apoiar mães pesquisadoras em programas de pós-graduação. O investimento previsto é de R\$ 37,4 milhões. As bolsas terão valor mensal de R\$ 5,2 mil e duração de dois anos. O edital contempla professoras gestantes, mães de crianças de até 2 anos e mulheres que adotaram ou obtiveram guarda para adoção. A iniciativa busca ampliar a permanência de mães na carreira acadêmica e promover equidade de gênero na pesquisa.

Proteção a bolsistas de pós-graduação

A Capes também publicou a Portaria nº 209/2026, que amplia a proteção a bolsistas da pós-graduação em casos de parto, adoção, guarda judicial, gravidez de risco e interações prolongadas. A medida garante a continuidade do pagamento das bolsas durante o afastamento. Mães terão direito à prorrogação de 180 dias e os pais, 30 dias. Em casos de adoção ou guarda judicial, o prazo será de 180 dias.

DA REDAÇÃO

Educação Inclusiva

Tramita na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 2123/2026, de autoria do deputado federal Duarte Jr (Avante/MA), que torna obrigatória a formação inicial e continuada de professores da educação básica em educação inclusiva nas redes pública e privada de ensino. O projeto ainda não foi despachado para as Comissões.

Mais Médicos

Também foi protocolado na Câmara o Projeto de Lei nº 2208/2026, de autoria do deputado José Medeiros (PL-MT), que transforma o Programa Mais Médicos em um Plano Nacional de Carreira Médica do SUS, com ingresso por mérito, progressão funcional e incentivos para atuação em áreas vulneráveis.

UFSC I

A Pró-Reitoria de Administração (Proad), para ampliar a participação social na licitação do plano de saúde da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), promoverá uma audiência pública na segunda-feira (18). O encontro será virtual e ficará integralmente gravado para divulgação posterior.

UFSC II

Representantes de operadoras de planos de saúde, entidades de classe e sociedade civil poderão participar. O objetivo da sessão é reunir sugestões técnicas e econômicas para contribuir com o aperfeiçoamento do processo licitatório. Para organização da atividade, cada empresa poderá indicar até dois representantes oficiais.

Desembargador I

Órgão Especial do Tribunal de Justiça de SP aprovou uma minuta de projeto de Lei Complementar destinada à conversão de cargos vagos de juiz substituto em Segundo Grau em cargos de desembargador. A proposta será encaminhada à Alesp e teve parecer de mérito favorável do ministro Mauro Campbell.

Desembargador II

A minuta estabelece a conversão de 30 cargos vagos de juiz substituto em Segundo Grau em cargos de desembargador, sem a necessidade de ampliar a estrutura dos gabinetes dos futuros magistrados. Segundo o tribunal, a proposta foi precedida de estudo e não gera impacto orçamentário relevante.



Proposta cria modelo de formação prática supervisionada

Residência Jurídica pode precarizar Judiciário

“Servidores poderão ser trocados por temporários”, aponta Sindicato

Andre Souza

Tramita na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 1609/2025, que institui o Programa Nacional de Residência Jurídica. A proposta, de autoria do deputado Marcos Tavares (PDT/RJ), cria um modelo de formação prática supervisionada para bacharéis em Direito recém-aprovados no Exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), com atuação remunerada em órgãos do sistema de Justiça e instituições parceiras. Realidade parecida já acontece com residentes médicos.

Pela proposta a residência jurídica terá duração de até 24 meses, podendo ser prorrogada, e prevê bolsa-auxílio de 1,5 salário mínimo para jornadas de 20 horas semanais e de até 3 salários mínimos para 40 horas. Os participantes poderão atuar em Defensorias Públicas, Ministérios Públicos, tribunais, escritórios públicos e privados, departamentos jurídicos de empresas e organizações sociais. O ingresso dependerá de diploma em Direito, aprovação na OAB e processo seletivo. O programa será regulamentado pelo Poder Executivo, que definirá regras de seleção, supervisão e avaliação.

Apesar de ser apresentado como mecanismo de capacitação e inserção profissional de jovens advogados, a proposta já enfrenta críticas de entidades representativas dos servidores do Judiciário. O principal alerta vem do Sindicato dos Servidores das Justiças Federais no Estado do Rio de Janeiro (Siseju-

fe), que vê risco de precarização das relações de trabalho e substituição indireta de servidores concursados.

Para o assessor institucional do Sisejufe, Alexandre Marques, o projeto pode alterar a estrutura de funcionamento do sistema de Justiça. “O projeto, da forma como apresentado, pode ampliar mecanismos de precarização das relações de trabalho, fragilizar carreiras públicas estruturadas e abrir espaço para substituição indireta de servidores concursados por vínculos temporários e precários no âmbito do sistema de Justiça”, afirma.

A presidente do Sisejufe, Lucena Pacheco Martins, reforça a necessidade de debate mais amplo antes da tramitação avançar no Congresso. “A proposta de residência jurídica precisa ser muito debatida para que não se transforme em mecanismo de precarização do trabalho no sistema de Justiça. O serviço público necessita de concursos, valorização das carreiras e fortalecimento das equipes permanentes, e não da substituição gradual de servidores efetivos por vínculos temporários e mais frágeis”, diz.

Tramitação

O texto está na Comissão de Educação da Câmara, que designou o deputado Tadeu Veneri (PT-PR) como relator. O prazo para emissão do parecer pela aprovação, rejeição ou alterações é até o dia 27 de maio. Depois, a proposta ainda precisará passar por outras comissões antes de ser votado em Plenário.